

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****Ata nº 22 da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca de 11 de setembro de 2017**

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre do edifício dos Paços do Município, pelas catorze horas e quinze minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

**- Membros eleitos diretamente:**

- António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Liliana Matias Soares; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Manuel Leite dos Santos; José Manuel de Andrade Oliveira; Teresa Alexandra Carvalho Silva; Paulo Jorge Dias Pereira; Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa; e José Bruno Gouveia Cardoso.

**- Presidentes de Junta de Freguesia:**

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Gentil Cabral Duarte, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea da Serra em substituição de Domingos dos Santos Rodrigues; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo. Não compareceu o membro João Manuel Santos Félix.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Sandra Maria Sousa Nunes e Susana Cristina Dias Pereira.

Os membros Manuel do Carmo Ferreira e Paulo Jorge Dias Pereira e ainda o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias não estavam presentes no início da reunião, tendo chegado no momento em que expressamente se indica.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os cidadãos presentes e aproveitou a oportunidade para chamar a atenção do público presente, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

**❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 21 da sessão ordinária de 23.06.2017;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca

2. Apreciação do Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2017, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhado do Balanço e da Demonstração de Resultados na mesma data;

3. Discussão e votação da proposta de autorização prévia para a reprogramação do compromisso plurianual relativo à alteração do plano de pagamentos ao contrato de financiamento reembolsável até ao valor de € 303 748,40, decorrente da notificação de reembolso extraordinário;

4. Discussão e votação da proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes à abertura de concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 anos;

5. Discussão e votação da proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município (incluindo as instalações Iluminação Pública), bem como o fornecimento de Gás Natural para as instalações de consumo abastecidas em Baixa Pressão, no valor anual de 498 232 €;

6. Discussão e votação do pedido de autorização para dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul;

7. Apreciação do alerta precoce da Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos do Artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 3.09, relativo à taxa de execução da receita prevista no orçamento ser inferior a 85% em dois anos consecutivos- 2015 e 2016;

8. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - referente ao período de 13.06.2017 a 30.08.2017



Fl. **143**  
2017.09.11

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09).

#### ❖ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2.º momento)

#### **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 21 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23.06.2017**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número vinte e um da sessão ordinária de vinte e três de junho de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número vinte e um da sessão ordinária de vinte e três de junho de dois mil e dezassete, tendo a mesma sido aprovada por maioria de dezassete votos a favor e duas abstenções dos membros Liliana Matias Soares e Gentil Cabral Duarte, por não terem estado presentes naquela reunião.

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou por escrito a intervenção que a seguir se transcreve, depois de ter dado conhecimento da correspondência recebida e dos eventos em que participou:

#### **"MANDATO 2013/2017**

##### **BALANÇO**

Ao terminar o mandato 2013/2017 fazemos uma avaliação na generalidade muito positiva. Mesmo assim com algumas frustrações.

Os dois grandes propósitos: promover a participação, dar visibilidade e aproximar este órgão. Foram amplamente conseguidos!

A Assembleia Municipal permitiu trazer para a opinião pública uma maior preocupação com o trabalho dos deputados municipais e a importância deste órgão na perspetiva do acompanhamento e fiscalização do trabalho do Executivo Municipal.

A Assembleia Municipal esteve presente na comunidade, teve opinião, e promoveu mudança, mudança na forma e no conteúdo, na saúde, na educação, no desenvolvimento local em geral. Fomos às freguesias, fomos às instituições e fomos à casa dos cidadãos.

O modelo, plasmado no regimento que regula o funcionamento deste órgão, foi novo e inovador. A comissão permanente que integrava para além da mesa, os líderes dos grupos municipais dos partidos com representação na Assembleia, fez

uma revolução no funcionamento e nas atividades. Em conjunto, todos os partidos, trabalharam para um bem comum - Tarouca!

Foi possível provar que há mais vida para lá das guerrilhas de grupos com visões diferentes. A democracia fez-se com participação e diálogo. Tudo isto não impediu que se vincassem as diferentes visões.

Contudo, gostaria que tivéssemos podido ser mais consequentes e que tudo o que fizemos tivesse tido um impacto mais visível na vida das pessoas.

Do que foi programado, há sempre projetos que não conseguimos concretizar. Um que me provoca insatisfação tem a ver com a urgência em abraçarmos todos os Tarouquenses que pelo país e mundo realizam atividades com excelência e que se vão destacando. Tarouca precisa da ajuda desses Tarouquenses para promover aqui mais desenvolvimento. Estou a falar de um dos vetores do programa Tarouca Cidadão.

Também não conseguimos fazer duas sessões da Assembleia em espaço mais amplo, só realizamos uma por cada ano.

E, algo mesmo nada conseguido foi a ideia de fazer do Presidente da Assembleia Municipal o "Provedor" do cidadão. Vicissitudes diversas e a visão conservadora da função e a minha incapacidade para mudar esses conceitos, não permitiram consolidar este objetivo.

Dos muitos e variados projetos / realizações, o que mais me cativou e satisfez foi a proximidade, discreta, na rua ou no gabinete, que me encheram a Alma. Pessoas a título individual ou em representação de instituições, fizeram-me acreditar que, com uma visão pragmática do papel do Presidente da Assembleia Municipal, é possível fazer acontecer, com limitações naturalmente, promover mudança.

Entre os vários outros, não poderia esquecer os Congressos da Cidadania, a forma revolucionária como comemoramos o 25 de abril ou os jogos florais, estes liderados por um membro da oposição.

Outra faceta nunca verificada foi a intervenção política regional pelos Presidentes das Assembleias Municipais do Douro Sul da Comunidade Intermunicipal do Douro, que se encontravam para refletir e agir acerca de questões transversais à região.

Quanto a algumas dificuldades e / ou incompreensões que existiram, são compreensíveis na medida em que nestas quatro décadas de democracia nada de incomum tinha sido feito neste órgão. Não é imodéstia é a realidade. Os tempos eram outros. Excelentes Presidências no passado, mas agora, foi possível abrir a porta física e psicológica aos cidadãos Tarouquenses mostrando-lhes um novo projeto para este órgão, o mais representativo do poder local, e isso foi estranho. Isso criou algumas dificuldades, mas que paulatinamente, com persistência foram sendo ultrapassadas.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quando acredito num projeto, sentindo que os cidadãos o desejavam, não é fácil impedirem-nos que se realize. A força deste órgão é tanto maior quanto mais próximo estiver das pessoas, das suas alegrias e dos seus problemas.  
Tarouca, 11 de setembro de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,  
Domingos Manuel Pinto Nascimento"

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** apresentou ainda os três reconhecimentos públicos que a seguir se transcrevem, os quais foram lidos em voz alta:

**"RECONHECIMENTO PÚBLICO**

O cidadão José Assunção Gouveia dos Santos Félix é tesoureiro Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca há cerca de 20 anos, tendo desempenhado sempre as suas funções com dignidade, competência e um grande espírito de entrega, ao longo dos vários mandatos.

A sua integridade na administração dos recursos da Associação, e rigorosa gestão do dia-a-dia, a par da sua disponibilidade e da enorme vontade de trabalhar em prol daquela entidade e do respetivo Corpo de Bombeiros merecem ser destacadas.

O Quartel dos Bombeiros de Tarouca funciona como sendo a sua segunda casa, manifestando sempre grande preocupação com a sua manutenção e com a melhoria das suas condições para melhor servir os nossos Soldados da Paz.

Para além disso, tem sempre mantido uma excelente relação com todos os elementos dos órgãos sociais da Associação e com os Bombeiros, prestando uma imprescindível colaboração no desenvolvimento daquela Instituição e, naturalmente, dando-se melhores condições de socorro aos cidadãos do concelho de Tarouca.

Atendendo à sua relevante cooperação para o sucesso e prestígio da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca e ao seu contributo para uma cidadania ativa e solidária, consideramos de toda a justiça enaltecer e valorizar, publicamente, o papel e a ação desempenhada pelo cidadão José Assunção Gouveia dos Santos Félix e que justifica inteiramente este Reconhecimento Público.

Paços do Município, 11 de setembro de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,  
Domingos Manuel Pinto Nascimento"

**"RECONHECIMENTO PÚBLICO**

O cidadão José Augusto Matias Pereira, natural de Castro Daire, padre, sendo atualmente pároco de Várzea da Serra, entregou-se àquela população com uma dedicação extraordinária, evidenciando-se a sua enorme solidariedade para com todos os que o rodeiam.



É um empreendedor social de relevo, que se dedicou a apoiar uma aldeia em previsível degradação demográfica, tendo criado o Centro de Dia e o Lar de Idosos em Várzea da Serra, com conceito inovador, obras que vieram conferir uma maior qualidade de vida à população daquela freguesia.

A sua ação junto da juventude na década de 80 revolucionou este Concelho, ajudando a edificar Homens e Mulheres com sentido crítico e com Valores Humanos.

Destacou-se ainda como professor/formador na Escola Secundária de Tarouca, pelo grande contributo que deu para a formação de inúmeros jovens do Concelho, que com o seu apoio conseguiram um futuro muito mais promissor.

Fundou também há cerca de trinta anos o Jornal "Sempre Jovem" mensário deste Concelho, do qual foi sempre o seu diretor, esforçando-se por divulgar de forma isenta a informação do Concelho, conseguindo mantê-lo até hoje, apesar das dificuldades habituais com que a imprensa local se debate.

Atendendo à notoriedade das emblemáticas obras materiais e imateriais que tem promovido para a comunidade tarouquense, que contribuem de forma indubitável para uma cidadania ativa e solidária, consideramos de toda a justiça enaltecer e valorizar, publicamente, o papel e a ação desempenhados pelo cidadão José Augusto Matias Pereira e que justificam inteiramente este Reconhecimento Público.

Paços do Município, 11 de setembro de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,

a) Domingos Manuel Pinto Nascimento"

#### **"RECONHECIMENTO PÚBLICO**

O cidadão José Carlos Simões de Carvalho, natural de Coimbra e licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, iniciou funções, como clínico geral, no Centro de Saúde de Tarouca em 1987.

Foi nomeado diretor do Centro de Saúde de Tarouca em 1997, lugar que ocupou até março de 2009, altura em que foi designado diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Douro II Douro Sul.

Desde 1987, que reside em Tarouca e tem vindo a exercer as suas funções neste Concelho, com a qualidade e o empenho profissional que é por todos reconhecido.

A dedicação e sensibilidade deste médico à causa humana é extraordinária, demonstrando sempre a maior disponibilidade para atender todos os utentes.

Quem com ele prava pode perceber até que ponto é importante para ele o exercício da medicina, provocando-lhe uma grande satisfação poder ajudar os seus doentes.

Foi Presidente da Assembleia Municipal de Tarouca durante quatro mandatos (1998 a 2013), ininterruptamente.

Atendendo aos seus relevantes serviços prestados à comunidade tarouquense, que contribuem de forma indubitável



2017.09.11

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

para uma cidadania ativa e solidária, consideramos de toda a justiça enaltecer e valorizar, publicamente, o papel e a ação desempenhados pelo cidadão José Carlos Simões de Carvalho e que justificam inteiramente este Reconhecimento Público.

Paços do Município, 11 de setembro de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,

a) Domingos Manuel Pinto Nascimento"

Foi tomado conhecimento.

Nesta altura da reunião, chegou o membro Paulo Jorge Dias Pereira e o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, que não estavam presentes no início da reunião.

Passou-se de seguida ao

**1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Inscreveram-se para intervir no primeiro momento do período de intervenção do público os seguintes cidadãos: Maria Assunção Monteiro e Mariano Carmo Félix.

- **Maria Assunção Monteiro** - Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade que deu aos cidadãos de participarem nas sessões da Assembleia Municipal em dois momentos e solicitou que no futuro o mesmo continue a acontecer e que se reflita sobre as propostas apresentadas pelo público.

- **Mariano Carmo Félix** - Manifestou orgulho pelos elogios que foram feitos ao seu trabalho pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Leu uma carta enviada ao Executivo, em 1981, com sugestões para o desenvolvimento do Concelho, lamentando a falta de aceitação de ideias diferentes.

**Intervio de seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal** apresentando felicitações aos visados nos reconhecimentos públicos efetuados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Agradeceu ainda as intervenções do público presente.

Nesta altura da reunião, chegou o membro Manuel do Carmo Ferreira, que não estava presente no início da reunião.

Passou-se de seguida à

**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

**Intervenções:**

- **Vitor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu aos elementos do Executivo da sua Freguesia, ao Executivo Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal e à restante Mesa.

- **José Bruno Gouveia Cardoso** - Iniciou por propor um voto de pesar pelo falecimento, no dia de hoje, de Sua Excelência Reverendíssima Bispo do Porto, D. António Francisco, pela sua ligação a este Concelho.

Apresentou de seguida a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

"Quero começar por cumprimentar os Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Executivo, todos os deputados e todas as pessoas aqui presentes. Como será a última Assembleia Municipal deste quadriénio, a minha intervenção vai no sentido de fazer um balanço dos 4 anos deste executivo.

Quatro anos igual a zero.

Dou por encerrada a minha intervenção!"

- **Liliana Matias Soares** - Apresentou a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

"Antes de mais gostaria de felicitar o público aqui presente. É sempre um gosto ter a casa cheia. Sejam bem-vindos.

Cumprimento a Mesa, os Colegas Deputados e o Executivo.

Ouvi, recentemente, algo que me deixou bastante preocupada, relativamente à variante de Tarouca. Sobre o facto de a mesma não dispor de estrutura de saneamento, pelo que acho que é importante para todos aqui presentes dispormos desta informação, questiono o Executivo sobre a veracidade desta questão, e gostava de saber se é possível um esclarecimento. Obrigada"

- **António do Carmo Santos** - Propôs um voto de pesar pelo falecimento de Sua Excelência Reverendíssima Bispo do Porto, D. António Francisco.

Apresentou de seguida as intervenções escritas que a seguir se transcrevem:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Secretários

Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores da Comunicação e todo o Público Presente, não esquecendo a nossa amiga Ana Borges, endereço os meus cumprimentos.

Antes de mais, quero dizer/afirmar, que foi para mim uma honra, trabalhar com todos "Vós", mais antigos ou mais jovens nesta Assembleia, durante todos estes anos, sempre tendo em mente a melhoria da condição de vida de Todos os Tarouquenses.

Será sempre o meu único lema: "Tentar contribuir para a melhoria das condições de vida dos Tarouquenses" esteja ou não em qualquer órgão autárquico, tentarei dar o meu melhor no interesse de todos, estando presente, quando necessário e onde for preciso, não abdicando dos meus direitos e deveres cívicos de cidadania.

Desejo a todos os presentes as maiores felicidades."

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Secretários

Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores da Comunicação e todo o Público Presente, não esquecendo a nossa amiga Ana Borges, endereço os meus cumprimentos.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Não posso concordar com o acordado em reunião da Comissão Permanente da AMT "em que os deputados que queiram inscrever-se nos momentos próprios para intervir sobre qualquer assunto da ordem de trabalhos, devem entregar à Mesa da Assembleia, no final da interpelação e/ou intervenção o suporte escrito, correspondente à intervenção que, para os devidos efeitos, será única e exclusivamente o texto transcrito na referida ata final".

Ora, ainda que podendo ser suportada em documentos escritos, a reunião decorre sempre de forma oral, pessoal e direta, não havendo qualquer **intermediação** entre os membros que nela intervenham (ou seja, "falem") e a assembleia a quem se dirigem, ressalvadas as indicações destinadas a assegurar a "boa ordem" no decurso dos trabalhos que ao presidente cabe assegurar, **dirigindo-se, assim, o orador diretamente à assembleia e por ele (por cada um dos seus membros) podendo ser interpelado.**

A **ata da reunião** (de qualquer reunião de órgãos colegial, quer no âmbito de entes públicos, quer de privados) **é um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, designadamente, a data e o local da reunião, a ordem do dia, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações e as decisões do presidente,** cujo conteúdo - ou seja, o relato de tudo quanto haja ocorrido na reunião e seja relevante para o órgão - é consensualizado, aceite e aprovado pelos membros do órgão que nela estiveram presentes, tendo então tido ou não qualquer intervenção.

A lei não prevê qualquer outra forma, documento ou instrumento, que possa ter ou desempenhar idêntica função, tenha o mesmo valor e produza os iguais efeitos jurídicos.

Temos assim que só a ata, aprovada na devida forma, "relata" autenticamente o ocorrido na reunião. E quando a esse relato, os membros do órgão não se podem opor a que nele, nominativamente, sejam citados e dele constem as suas intervenções ou resumos das mesmas - a cujo conteúdo eles, aliás, podem sugerir alterações, aquando do momento da leitura e aprovação da ata, para melhor o fazerem corresponder ao que entendam ter nela sido dito e ocorrido, ou mesmo de ele dissentir, votando contra a aprovação da ata (ficando esta aprovada apenas pela maioria) e fazendo declaração de voto.

Além disso, a D. Ana Borges tem secretariado e feito as atas da Assembleia, de forma ímpar, nelas retratando única e tão só o que aí se tem passado. Aliás, desempenho este que tem e foi alvo já dos elogios da generalidade dos Deputados.

Não compreendo agora esta mudança de atitude relativamente ao conteúdo da Ata."

- **Dina Maria Almeida Tomé** - Por ser a sua última intervenção na vida política, agradeceu e desejou as maiores felicidades a todos os presentes. Teceu algumas considerações sobre a importância de ser reconhecido o cidadão simples e anónimo que no dia a dia faz com que a vida de todos seja melhor.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Falou sobre os quatro anos do atual mandato e sobre o futuro próximo.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - apresentou a intervenção escrita que a seguir se transcreve: "Quero muito simbolicamente agradecer a confiança que o povo de Tarouca depositou em mim, quando me elegeu nas últimas eleições autárquicas.

Como membro desta Assembleia, na qualidade de independente, com apoio do Bloco de Esquerda, quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Assembleia a forma cordial com que sempre me receberam.

O meu agradecimento singular a dois antigos membros desta Assembleia, Maria Amélia Pires de Albuquerque e Luís Fernando Coelho Barros Pereira, pela simplicidade e democracia.

Os meus agradecimentos a todos os membros da Assembleia por me terem escolhido como representante do Município de Tarouca no Conselho da Comunidade, lugar que muito me honrou, que defendi com fervor, mas, onde as minhas expectativas estiveram muito para além da realização de alguns projetos que respondessem às necessidades mais urgentes dos cidadãos deste Município na área da saúde.

Quero agradecer aos elementos que fizeram parte da Comissão Permanente pela partilha, amizade e trabalho em conjunto, no interesse comum dos cidadãos de Tarouca.

O carácter independente desta candidatura fascinou-me, e durante estes quatro anos entreguei-me a esta causa, tendo como estandarte a unidade, a justiça, a solidariedade, o respeito pela liberdade e acima de tudo em defesa dos direitos dos cidadãos, apoiando permanentemente o direito ao Livre Arbítrio, às diferentes convicções políticas e ideologias, sem discriminação económica, cultural e social.

Entrei nesta Assembleia com mais esperança do que aquela com que saio, pois os poucos conhecimentos e experiências por mim adquiridas, durante este tempo e dadas as dificuldades do próprio Município, penso que o futuro não permite grande estabilidade e que parece estar refém de incertezas.

Uma certeza, porém, tenho: o povo tem menos medos, mas mantém-se desiludido.

Acredito também que num mundo marcado pela ansiedade diante do horizonte dúbio do futuro, preocupado por tantas razões, as válidas e as desnecessárias, vale a pena saber que há gente competente, de inteligência lúcida, de coração enorme,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de grande generosidade, para com os mais marginalizados, que com empenho e dedicação ao trabalho possam elevar a esperança e conseguirem atingir os objetivos de poderem dar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos de Tarouca, principalmente aos mais desfavorecidos. Obrigada."

- **Manuel Leite dos Santos** - Apresentou a intervenção escrita que a seguir se transcreve subscrita por ele próprio, e ainda por Ana Palmira Botelho Figueiredo; Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa; e José Bruno Gouveia Cardoso:

"A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONCELHO:

- NÃO ao apagão da iluminação pública no concelho;
- SIM à iluminação LED em todo o concelho;

Volto à carga com este tema porque é imprescindível acelerar a atual situação, pela segurança de pessoas e bens, por um lado, mas pela imagem que o apagão deixa a quem por aqui passa de madrugada durante duas horas. Não venha a falta de celeridade confirmar o velho dito popular "depois de casa roubada trancas à porta". Por outro lado, o discurso contra a desertificação não passa de entretenimento. Quem é que aposta vir residir e/ou estabelecer negócio numa terra assim?

O apagão resultou de uma decisão economicista, uma decisão orientada para a redução de dívida. Há quatro anos acreditou-se que este modelo fosse alterado pela força política, então eleita. Não obstante esta alteração ter sido alertada em tempo pelo grupo parlamentar municipal do PS o certo é que o apagão continua. Se é verdade que a luz ao fundo do túnel parece enxergar-se convenhamos assinalar não ser menos verdade que foi preciso demasiado tempo.

Por isso, Senhor Presidente Valdemar, pedimos que confirme a esta Assembleia o atual ponto de situação:

1. Vão todas as luminárias convencionais existentes ser finalmente substituídas, em todo o concelho, por outras do tipo LED?
2. A candidatura aos fundos comunitários para este efeito em concreto, há quanto tempo foi apresentada? E há quanto tempo chegou a resposta?
3. A implementação da nova iluminação, associou algum plano de gestão de eficiência energética? Se sim, como foi concursalmente conseguida? O que contempla? Quais os períodos previstos de duração e de prorrogação?

Racionalizar o consumo da energia é um imperativo nacional e autárquico, mas é também um investimento económico, político e social que urge corrigir e concretizar em defesa da segurança e qualidade de vida dos seus munícipes.

**REDE ELÉTRICA AGRÍCOLA- Pontos de Rega**

Senhor Presidente:

Este foi um assunto sobre o qual o PS questionou a autarquia há algum tempo e por algumas vezes, nesta assembleia.

Repetimos e justificámos sempre a importância deste apoio para com os nossos agricultores, não esqueçamos nem tenhamos vergonha de afirmar que Tarouca é um concelho predominantemente de agricultura que continua arduamente a pugnar pelo desenvolvimento agrícola. A autarquia tem, portanto, o dever de apoiar esta medida para que a rega seja feita para maior eficácia com vista a aumentar a produtividade e qualidade desta atividade.

O que foi ou está a ser eventualmente em curso neste sentido?

Há alguma candidatura específica aos fundos comunitários?

Asssembleia Municipal de Tarouca, 11 de setembro de 2017

O Grupo Municipal do PS"

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Apresentou a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

"Sendo esta a última assembleia do mandato, parece-me razoável que faça uma pequena resenha.

Começo por dar os parabéns ao Executivo Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal pela forma como decorreu o mandato, no qual a proximidade entre o eleito e o eleitor, trouxe ao nosso Concelho uma nova maneira de estar no poder local, pelo que fui constatando, todos os órgãos municipais recebiam e atendiam todos sem exceções, sem esperas, sem marcações prévias, e sempre numa atitude de em conjunto se encontrarem as melhores soluções.

Depois, é fundamental que cada um de nós seja justo e valorize o esforço e seja consciente da dificuldade do mandato. Todos fomos ouvindo aqui os testemunhos de uma gestão de rigor, e poupança, e o objetivo principal era a estabilidade das contas públicas e o cumprimento com os credores e com os funcionários desta Câmara Municipal.

A dívida em finais de 2013, com os ajustes que aqui nos foram explicados, era superior a 15 milhões de euros e hoje encontra-se pouco acima dos 12 milhões, ou seja, a redução desta é de cerca de 3 milhões de euros durante este mandato. E todos nós sabemos, porque estamos atentos ao que se passa à nossa volta, que se a nossa Câmara não se tivesse esforçado para cumprir, hoje eramos notícia, como são alguns municípios vizinhos, porque teríamos certamente penhoras de bens e equipamentos.

Aqui o nosso obrigado a todo o Executivo para que Tarouca não fosse notícia por más razões ou incumprimento, sendo certo que a comunicação social nada fala quando se cumpre, mas cabe-nos a nós deixar estas palavras de motivação.

Fomos um território com atividades diferenciadoras, fomos capazes, sempre com a colaboração da Juntas de Freguesia e com as Associações locais, de criar novas dinâmicas e muitas delas um orgulho para o nosso Concelho.

Um mandato sem obras de grande imponência, mas com obras e atitudes de proximidade e de enorme importância.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Permitam-me descrever alguns dos pontos que julgo importantes neste mandato:

**Ao nível agrícola e florestal,**

Foram muitos os quilómetros de caminhos rurais, florestais e agrícolas criados de novo e outros tantos que tiveram a esperada manutenção.

Foi-se durante o mandato consolidando a rede primária e secundária de combate aos fogos florestais.

Foram transformadas, com o objetivo de ficarem operacionais, as charcas de combate a fogos florestais.

O apoio incondicional, financeiro e logístico, aos nossos bombeiros, garantindo-lhe maior eficiência.

Assumiu-se a responsabilidade de tornar mais sustentável a Régiefrutas e nesta fase é possível afirmar que está reposta a confiança dos produtores agrícolas e quatro anos depois quase se duplicou a quantidade de baga processada naquelas instalações, sem esquecer os novos equipamentos adquiridos, que permitirão a laboração contínua daquela unidade fabril durante todo o ano.

**Ao nível da promoção turística,**

- As parcerias realizadas com a Direção Regional de Cultura do Norte, com o Museu de Lamego, com o projeto Vale do Varosa, com o Turismo Porto e Norte, com as Associações de Empresários do setor;

- A criação da sala do Vale do Varosa dentro do Museu de Lamego;

- A presença e apresentação do nosso Concelho nas feiras do setor do turismo, ou no aeroporto Sá Carneiro;

- A criação e assunção da marca Vale Varosa;

- Os eventos de âmbito cultural e desportivo com projeção nacional e internacional;

Entre tantas outras coisas.

Tiveram como consequência um aumento muito considerável do número de visitantes ao nosso território, uma maior dinâmica para a economia local, para todos os empresários ligados ao setor e começa a despertar o interesse de novos empreendedores.

**Ao nível do comércio e indústria,**

Sr. Presidente, sabemos que foi sempre um homem disponível e foram muitas as vezes que acompanhou os nossos empresários junto de organismos da administração central para que vissem os seus problemas resolvidos ou para com eles encontrar as melhores soluções.

Sabemos também de todo o trabalho para que se encontrasse a melhor solução para a instalação da área de acolhimento empresarial local, e pelo que sei é um processo que se encontra na fase final, sendo de enorme importância para garantir a instalação de empreendedores, e assim criar mais postos de trabalho e fixar mais população.



Não tem sido fácil, estou certo, mas acredito que este é um projeto para breve.

**Ao nível cultural,**

Referir apenas alguns casos de sucesso,

- O cinema em Tarouca, onde foi possível com um novo investimento reduzir o défice daquele serviço, e onde hoje observamos tantas vezes a sala cheia.

- A Academia da Câmara Municipal que estava quase sem sopros, e com pouco alunos e neste último ano, com o protocolo com as Filarmónicas locais, com a intervenção de professores de música e maestros com origem no nosso Concelho é possível observar uma maior participação e uma grande dinâmica;

- O apoio às bandas de música, a formação que tem sido disponibilizada aos seus elementos, o apoio logístico sempre disponibilizado.

**Ao nível desportivo,**

- A aposta no apoio ao movimento associativo do setor, fez com que o empenho e envolvimento fosse muito maior, dou como exemplo:

- o As provas de campeonato nacional de Downhill;

- o As provas de TT ou motocross;

- o As provas de BTT e dualto;

- o As caminhadas realizadas por todo o Concelho, que permitiram a tanta gente ter uma nova visão do território;

- o A formação das nossas crianças e jovens em áreas como o futebol e andebol.

**As obras municipais,**

Aquelas que consideramos de proximidade, que são úteis no dia a dia, correndo o risco de me esquecer de muitas delas, gostava de as abordar apenas genericamente, assim:

- A recuperação de várias escolas primárias, que se encontravam em perfeito abandono e que hoje são uma maior valia para os seus utilizadores, as quais foram objeto de recuperação e ao mesmo tempo foram capazes de lhes atribuir utilidade - escola Adães Bermudes de Tarouca, onde se encontra a sede da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares; A escola de Salzedas - onde se encontra o Centro Social; a escola de Gondomar, Meixedo, Vila Pouca de Salzedas e S. João de Tarouca - Sedes das associações locais; a escola de Teixelo - onde se encontra o hostel de Downhill; a escola de Dálvares - onde se encontra um albergue para cerca de 50 pessoas; as escolas de Eira Queimada e Ucanha - com projeto em andamento para criar um centro recreativo para a população local, entre outras;

- A construção do Centro Paroquial de Tarouca - uma obra que além do apoio em alguns materiais, teve sempre a mão-de-obra dos funcionários da autarquia;



2017.09.11

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- Quilómetros de caminho, calçadas e muros por todo o Concelho;
- As obras de reparação das piscinas, onde a cobertura e o fundo das piscinas tiveram grandes intervenções;
- O complexo desportivo, no qual hoje é possível ver cerca de 150 crianças e jovens em formação desportiva, com um novo relvado, e obviamente com a preocupação de poupança, tendo sido instalados painéis solares para aquecimento de águas e nas piscinas alterada a forma de aquecimento das águas de gás para pellets com poupanças anuais superiores a 50%;
- O centro de acolhimento ocupacional, com a atual gestão da Santa Casa da Misericórdia, mas que veio oferecer soluções àqueles que são portadores de alguma deficiência e às suas famílias, aliviando-lhes uma parte de um peso diário.
- Sei que são muitas as pequenas obras, que deveriam ser mais valorizadas, mas não posso deixar de referir o investimento nas infraestruturas de saneamento, e hoje é possível afirmar que Teixelo, Ameais, Meixedo e Valverde, entre outros pequenos troços, já tem este serviço.

**Ao nível social,**

Uma atuação discreta, uma forma de trabalho que não expõe as pessoas, mas que lhes garante a resolução de pequenos problemas e só assim são capazes de continuar um caminho tantas vezes cheio de barreiras.

**Ao nível de futuro,**

Sabemos dos projetos já em curso, das candidaturas apresentadas e aprovadas com fundos comunitários, dos quais destaco a Alcácima, a Regeneração Urbana, o projeto Ribeirinho de Tarouca, Ucanha e Mondim da Beira, a nova sinalética para o Concelho, a instalação de leds na iluminação pública, que possibilitará poupança, mas acima de tudo as luzes ligadas toda a noite.

Termino, sabendo que não fui capaz de falar de tudo, mas certo que mesmo com imensas dificuldades, todos nós, Executivo, Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, devemos sentir-nos com o dever cumprido."

**Interveio de seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal** tendo esclarecido o membro Liliana Matias Soares de que a Variante Este não tem saneamento básico. Agradeceu as palavras de apoio dos membros intervenientes. Informou ainda o membro Manuel Leite dos Santos do decurso da candidatura LED.

Terminadas as intervenções, procedeu-se à votação da proposta de voto de pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, tendo sido feito um minuto de silêncio, a que se seguiu uma salva de palmas. O Executivo Municipal associou-se a este voto.

**Passou-se de imediato à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:**

**PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAROUCA**

Presente a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de quatro de setembro corrente, a qual foi enviada previamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

**"REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAROUCA  
VERSÃO FINAL**

**PROPOSTA**

Na sequência da reunião plenária em Conferência Procedimental, ocorrida em 18 de abril de 2017 foi emitido Parecer Final da CCDRN ao processo de revisão do PDM de Tarouca, ao abrigo do artigo 85º do DL 80/2015 de 14 de maio.

Decorrido o período de discussão pública enquadrado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (artigo 89º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14.05), iniciado por aviso nº7445/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 126 de 03.07.2017 e elaborado o "relatório de análise e ponderação das participações", a Câmara Municipal de Tarouca elaborou a "Versão Final" da revisão do PDM de Tarouca.

Assim, **PROPONHO** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, cujo teor consta dos documentos em anexo e se dá aqui por integralmente reproduzido (artigo 90º do citado diploma e alínea h) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09), para posterior publicação em Diário da República.

Paços do Município, 30.08.2017

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**Intervenções:**

- **Presidente da Assembleia Municipal** - Apresentou por escrito a intervenção que a seguir se transcreve:

"O Presidente da AM reforça a importância deste instrumento de gestão municipal.

Felicita todo o Executivo pela sua conclusão, pois arrastava-se há mais de uma década a sua revisão.

Sem qualquer pretensão de análise técnica, vejo este documento numa visão de cidadania, dado que a sua aprovação torna mais transparente para os cidadãos a gestão dos seus interesses e a avaliação de ações no território. A disponibilização do PDM nos meios digitais permitirá a sua continuada monitorização pelos cidadãos."

- **Presidente da Câmara Municipal** - Apresentou por escrito a intervenção que a seguir se transcreve:



2017.09.11

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

"Quero começar por dizer o seguinte:

A revisão deste PDM foi uma contratação feita em 2003 pelo valor de € 137.145,00, pelo Executivo anterior, estamos a falar de 2003, ou seja, passaram 10 anos até ao início de funções do atual Executivo.

Quanto iniciámos o mandato a Chefe de Divisão de Gestão de Urbanismo e Ambiente questionaram-me sobre a continuidade do PDM, se manteríamos a mesma equipa e o mesmo técnico do Município afeto a este Plano.

Em nenhum momento coloquei em causa a confiança atribuída pelo Executivo anterior, quer à equipa externa, quer ao técnico da Câmara Municipal.

Relembrar que a base desta revisão do PDM que hoje colocamos à votação é de 2011.

Relembro hoje as palavras que proferi naquela data: "a revisão do PDM é para continuar, mas é para ter desenvolvimento, não podemos ter um PDM com 20 anos sem qualquer revisão, sem acompanhar a evolução da sociedade".

Hoje, quero deixar as minhas felicitações à equipa técnica externa, bem como ao Chefe de Divisão da Divisão de Gestão de Urbanismo e Ambiente, pelo trabalho desenvolvido e apresentado.

Certamente que num PDM existem situações que são de opção política, a visão do território, a sua preservação, a proteção do património edificado, ambiental e natural, mas acima de tudo é necessário transformar o Concelho num território que tenha atratividade social e económica. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e ao mesmo tempo que tenha capacidade para instalar novos empreendedores, atrair investimento e assim fixar mais gente.

Só desta forma podemos ser capazes de criar desenvolvimento e lutar contra a desertificação que é um problema de todo o interior do nosso País. Dizer também que o nosso Município é um dos últimos do País a fazer a revisão do PDM."

- **Liliana Matias Soares** - Louvou a coragem do Executivo pela elaboração dos presentes documentos.

- **José Bruno Gouveia Cardoso** - Apresentou por escrito a intervenção que a seguir se transcreve:

"Quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Executivo, todos os Deputados e todas as pessoas presentes.

Quero começar por dizer que hoje Tarouca está de luto, como se pode ver aqui.

Vai perder uma oportunidade de fazer uma revisão de um PDM com pés e cabeça em detrimento de um PDM cheio de remendos, pecados e omissões.

Não entendo o que leva um Executivo a aprovar um PDM a menos de três semanas das eleições autárquicas, com votação imediata da ata.

Vamos falar verdade. São tantas as falhas que até dá dó olhar para este documento. Vou enumerar algumas:

1. As associações, outras entidades ou indivíduos representantes dos setores a que este documento diz respeito ninguém foi ouvido. Agricultura, ensino, saúde, desporto, segurança, proteção civil, atividades industriais, comerciais, nada. Não houve interesse que eles fizessem parte da comissão de acompanhamento e nunca a Câmara reuniu com os mesmos. Há alguma ata assinada que refira a sua presença? Não

2. Não é verdade que a Revisão do PDM de Tarouca cumpra o decreto-regulamentar n° 15/2015, de 19 de agosto, nem o parecer final da CCDRN.

3. Área de acolhimento empresarial também conhecida por "areazinha" (depois da alteração da qualificação do solo para habitação por pedidos e reclamações) porque nem ao trabalho se deram de fazer o diagnóstico prévio das necessidades das empresas do Concelho, para que a área fosse definida com a perspetiva atual e futura das necessidades em termos de áreas e atividades e sem critério acabaram por diminuí-la para cerca de metade.

E mais, A ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL se dantes confrontava com três grandes frentes, ou seja, três estradas, a saber, à cota baixa com a Variante, lateralmente com a estrada que dá para os Arcos de Paradela e lá bem no cima com a estrada de cima que dá para os antigos pavilhões que dá para S. Pedro, ao longo do período da discussão pública à medida dos pedidos, foi-se reduzindo, reduzindo e agora resta cerca de metade ... como é possível? E o que resta, é a área que estava em processo de litígio, ou seja, em expropriação, e agora confronta apenas com a estrada de cima e vai ligar-se apenas à variante por uma estrada muito inclinada e sinuosa, que nem sequer é a uma das rotundas... restando, pois, a área que está a ser expropriada e pouco mais.

4. As zonas de expansão urbanas definidas neste PDM são completamente avessas aos interesses do Concelho, por exemplo, na desvalorização das infraestruturas já existentes e em que o Município gastou muitos milhões de Euros.

5. Não se entende porque se criam zonas de expansão urbana com aquela dimensão, quando há tantas casas e lojas para venda/aluguer.

6. O que dizer da competência política desta Câmara no processo? Rigorosamente o mesmo irá acontecer nas expansões urbanas gigantes, por exemplo, nas encostas do Castanheiro do Ouro/Dálvares, próximas da EN 226, onde não há arruamentos ou quaisquer infraestruturas.

Passo a explicar: A Câmara ao não se obrigar a planear e ordenar estas áreas de expansão de construção, mostra o seu medo, desleixo e incompetência.





2017.09.11

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Neste cenário de desordenamento, sem saberem a rede viária em que se apoiar, os proprietários, empreiteiros, irão lotear, construir edifícios ou habitações da única forma que lhes resta, no seu interesse imediato. No século XXI a Câmara ter este planeamento é vergonhoso. É insustentável continuar a gerir o território desta forma!

Reafirma-se o referido, esta Revisão do PDM de Tarouca não cumpre o decreto regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, nem o parecer final da CCDR, nomeadamente nas grandes expansões.

7. Nesta revisão do PDM, a Câmara podia fazer legalmente apenas pequenas correções à Reserva Ecológica (REN), se ela estivesse mais ou menos bem-feita, ou seja, precisasse apenas de pequenos acertos. Mas, como o PDM antigo tinha sido feito com base em topografia analógica com uma escala muito grande, antiga e sem rigor ou pormenor, a mesma não estava de acordo com a realidade física do Concelho. Assim, na defesa do Concelho e dos Tarouquenses com uma nova e rigorosa topografia tinha-se de obrigatoriamente fazer no novo PDM uma REN completamente nova.

A Câmara fez o contrário, pegou na REN antiga, e fez grandes remendos a jeito, para defender terreno e áreas de construção. Resultado, os interesses ecológicos, riscos de erosão e deslizamentos de terras, dos ecossistemas, da proteção dos rios, das linhas de água, das águas subterrâneas e os riscos e da proteção de pessoas e bens estão comprometidos. E em termos do tratamento de pessoas e bens, impõe-se dizer que muitos terrenos que continuam REN deveriam ter deixado de o ser e vice-versa. A CCDRN depois de tantas insistências da Câmara acabou por, ilegal e politicamente, aceitar e exatamente por isso é que muitas CCDR'S do sul e centro e muitas câmaras do norte não o fizeram. O PDM também não cumpre a lei, nem também o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. Porque é que após a discussão pública não houve uma única alteração à REN e houve tantas da RAN?

Não quero massacrar esta Assembleia com casos concretos de incoerência, como os de Formilo, Dálvares, Vila Pouca, Esporões, etc.

Quero apenas que fique registado para memória futura que este PDM por omissão e incompatibilidade irá comprometer o desenvolvimento económico e social de Tarouca de forma sustentável. E, poderá inviabilizar candidaturas e investimentos públicos e privados que neste documento não foram previstos e acautelados de forma responsável.

Este Executivo será sempre lembrado pela triste herança que deixou a Tarouca. Uma herança de pesar.

Todos aqueles que hoje aprovarem este PDM devem ter a noção do que fizeram. E irão responder perante as gerações futuras por isso. Porque na politica não vale tudo!"

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Pronunciou-se a favor da aprovação da presente proposta de revisão do PDM.

- **António Carmo Santos** - Pronunciou-se a favor da aprovação da presente proposta de revisão do PDM. Solicitou uma intervenção da equipa técnica para explicar o documento.

**Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara**, que foi respondendo às questões colocadas.

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** apresentou por escrito a intervenção que a seguir se transcreve:

"Boa tarde a todos,

O trabalho do PDM está concluído.

No relatório do plano, encontra-se caracterizado o território e o resultado do trabalho contratado há 15 anos.

Senhores membros da Assembleia

Este processo tem início em 2002, no qual se destaca algumas considerações referidas numa informação dos serviços, sobre o plano em vigor, publicado em 1995, tais como:

"... veio a verificar-se, no âmbito da sua gestão, da incapacidade de resposta, ... que por isso lesava os interesses do Concelho e, em particular, os seus municípios ..."

"A autarquia, para minorar esta incapacidade, recorreu a instrumentos de planeamento urbanístico que então poderiam proporcionar com maior celeridade a resolução de parte desse problema..."

"Neste contexto, esta Autarquia mandou elaborar o Plano de urbanização de Tarouca e Dálvares e, necessariamente, sujeitou essa área a Medidas Preventivas pelo período de dois anos..." "...estando o Plano de Urbanização em fase final de elaboração..."

Estas medidas aqui referidas, iniciadas por volta de 1999, com o fundamento do plano de 1995 estar indicado como desajustado da realidade, avaliem Vossas Excelências a adequação deste plano de 1995 aos dias de Hoje - 22 ANOS a vigorar no Concelho.

Há 18 anos, desde 1999, tenta este Município desenvolver ferramentas urbanísticas novas, que até hoje não foram efetivadas em instrumento próprio, e só este executivo mostra esta determinação, este Município é um dos últimos do País a fazer a revisão do seu plano - um plano ainda de primeira geração, quando já há concelhos na terceira.

Foram contratados/iniciados vários planos para o concelho - PU, PPs, como o plano de pormenor de Várzea da Serra, etc. - nenhum foi concretizado/finalizado, tal como aconteceu com a revisão do PDM.

Este Executivo retomou em 2014 a revisão do plano e concluiu o processo que aqui submete à aprovação da assembleia, ... é

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

assim que se fazem políticas de ordenamento do território, levantamentos, se desenvolve e conclui, e ao fim de três anos haja coragem, se for preciso rever, seja pelo aparecimento de novas estratégias políticas ou pela procura privada, ou mesmo por desconformidade que venham a ser encontradas neste.

Deixo a palavra à equipa do plano.”

Nesta altura da reunião, a Segunda Secretária da Mesa, Dina Tomé, ausentou-se da reunião. O Senhor Presidente da Assembleia completou a Mesa, chamando o membro António do Carmo Santos.

De seguida, **os representantes da equipa técnica responsável pela elaboração do PDM**, Drs. João Rua e Alberto Pedrosa apresentaram o PDM e os esclarecimentos técnicos sobre o mesmo.

O membro **José Bruno Gouveia Cardoso** solicitou um esclarecimento adicional, o que foi respondido pelo Técnico João Rua.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** solicitou as seguintes alterações ao regulamento do Plano Diretor Municipal de Tarouca:

Acrescentar “ou” na al. d) do n.º 1 do art.40º, igual à redação que está na alínea d) do n.1 do artigo 43º

**Artigo 40º, n.º1**

d) Excecionalmente pode dispensar-se o cumprimento das regras de edificabilidade dispostas na alínea a), apenas nas situações de colmatação de uma parcela entre edificações existentes de uso habitacional, ou em parcelas com o mínimo de 1000m2, quando situadas em contiguidade com o solo urbano ou com edifício de uso habitacional com distancia inferior a 50 metros, apoiadas num arruamento existente estruturado, desde que a Câmara Municipal reconheça adequada inserção e enquadramento na envolvente.

E,

Retirar a expressão “ao edifício principal” no art. 54º, no sentido de haver anexos de apoio a qualquer atividade existente

**Artigo 54º**

6. Nas diferentes categorias de espaço de solo urbano, são permitidos edifícios anexos de apoio, apenas com um piso acima da cota de soleira e desde que não resulte uma área superior à implantação do edifício principal, com um limite máximo de 150 m2.

Tarouca, 11 de setembro de 2017.

A Vereadora,

a) Susana Cristina Pereira Dias”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário as presentes alterações, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

**Deliberação:**

Terminadas as intervenções, procedeu-se à votação dos presentes documentos, com a introdução das alterações solicitadas pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, tendo sido deliberado aprovar a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, cujo teor consta dos documentos em anexo e se dá aqui por integralmente reproduzido, (artigo 90º do citado diploma e alínea h) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09), para posterior publicação em Diário da República.

Esta deliberação foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e quatro votos contra dos membros Manuel Leite dos Santos, José Bruno Gouveia Cardoso, Ana Palmira Botelho Figueiredo e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

- **Manuel Leite dos Santos** leu em voz alta a declaração de voto do Grupo Municipal do PS que a seguir se transcreve, e que foi subscrita por si próprio e pelos membros José Bruno Gouveia Cardoso, Ana Palmira Botelho Figueiredo e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa:

"Declaração de votação do PS à proposta do PDM Tarouca

O PDM - Plano Diretor Municipal - apresentado sob proposta final do Senhor Presidente da Câmara em 10 de agosto do ano em curso para aprovação nesta Assembleia, não configura, no entendimento dos membros do Grupo Parlamentar Municipal abaixo assinados, o instrumento estratégico fundamental e promotor do ordenamento e desenvolvimento harmonioso do território municipal atual e futuro como era expectável. Este PDM não é o resultado de uma metodologia assente e aferida por debates abertos presenciais, transparentes, dinâmicos, explicados e partilhados com a voz e participação direta dos cidadãos, nomeadamente, nas Juntas de Freguesia.

O PDM, sendo de todos e para todos, deverá sempre:

1. Ser efetivamente um instrumento de referência que salvguarde, enquadre e discipline a elaboração dos demais outros planos do concelho;
2. Estar fundamentado na transparência e corporizado com a envolvimento das forças vivas do concelho, ou seja, com todas as instituições relevantes, nomeadamente, as associações empresariais, sociais, desportivas, culturais e religiosas. Ora isto não aconteceu com a dimensão ética como seria expectável e essencial;
3. Fomentar de forma dinâmica a prossecução dos interesses públicos em ordem à eficiência e proteção dos interesses comuns dos cidadãos;
4. Não propiciar encargos futuros não mensuráveis para a autarquia;
5. Não impulsionar novas zonas de expansão urbana com necessidade de novas infraestruturas, abandonando outras zonas urbanas já com investimentos e infraestruturas feitos.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Se, nós os deputados abaixo assinados, aprovássemos este PDM, estaríamos a enganarmo-nos e a defraudarmos todos quantos há quatro anos acreditaram e votaram em nós. A atividade política deve nesta, como nas demais atividades, ser indubitavelmente uma atividade criativa, nobre, humanista, intensa e aberta, para todos que só se justifica quando e enquanto esta se exercer e mobilizar na defesa do bem comum, independentemente das convicções partidárias de cada um, com verticalidade e às claras.

Não estamos contra a revisão do PDM, como fez menção o prezado deputado Sarmento. Sublinhamos que fique bem claro, que não estamos contra a revisão do PDM até porque reconhecemos e apostamos seguramente que a revisão do PDM é importante e inquestionavelmente necessária. A nossa discordância deriva fundamentalmente de algumas questões, nomeadamente:

Porquê toda esta celeridade agora de revisão e aprovação em fim de mandato?

Que critérios de revisão, justificação, interesse e motivação foram selecionados para conceber e formatar este PDM a votar e o aprovar agora? O novo PDM, naturalmente, revisto, não poderia ser tratado após as eleições autárquicas 2017?

Entretanto, a todos quantos votaram favoravelmente este PDM, nomeadamente, os membros do executivo, os senhores presidentes de junta de freguesia e os senhores deputados municipais, deixamos as seguintes questões:

1. Ficam bem e de consciência tranquila perante os eleitores que os elegeram democraticamente? Se sim, ótimo.
2. Ficam bem e certos de que este PDM, tal como foi concebido e hoje aprovado por vós, não assentará eventualmente numa falácia? Se sim, ótimo.

Os tarouquenses não são um povo inculto ou indiferente, como alguns possam crer ou imaginar. Por tal, fiquem certos que os tarouquenses vão ripostar sem medos de qualquer estirpe. Saibam todos que o PS os vai apoiar em toda a linha e vai demonstrar e lhes confirmar o seu sentido de responsabilidade, de proximidade e de respeito pelos cidadãos.

Tarouca é um território maravilhoso e de imensas e diversificadas potencialidades. Tarouca precisa e merece outro desenvolvimento, outro dinamismo e outra visão de futuro que não está refletido neste PDM.

Neste contexto, o PS entrega para memória futura e registo na Ata desta assembleia, a presente declaração contra o PDM que, provindo de 1995, carece de atualização, mas não assim. Assembleia Municipal de Tarouca, 11 de setembro de 2017

Os signatários do GPMPs, Ana Palmira Figueiredo, Anabela Sousa, Bruno Cardoso e Manuel Leite dos Santos."



- **José Bruno Gouveia Cardoso** - Apresentou a seguinte declaração de voto:

"Entendi pelo técnico presente a real razão para aprovação imediata do PDM.

As novas regras vão complicar.

Bruno Cardoso"

Nesta altura da reunião, pelas dezoito horas e dez minutos foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas e cinquenta minutos, com a presença dos mesmos membros, com exceção dos membros Dina Maria de Almeida Tomé, Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, Rui Fernando Guedes Raimundo e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

**PONTO 2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2017, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA"**

Presente o Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2017, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço e demonstração de resultados do período, documentos que foram enviados antecipadamente a todos os membros para apreciação.

**Intervenções:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma explicação das conclusões do relatório e sobre a situação da dívida do Município.

- **José Bruno Gouveia Cardoso** - Pediu um esclarecimento, o qual foi dado pelo Senhor Vice-Presidente.

Foi apreciado e tomado conhecimento do presente relatório, bem como do balanço e da demonstração de resultados referentes ao período de 01.01.2017 a 30.06.2017.

**PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A REPROGRAMAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À ALTERAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTOS AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL ATÉ AO VALOR DE € 303 748,40, DECORRENTE DA NOTIFICAÇÃO DE REEMBOLSO EXTRAORDINÁRIO**

Presente a proposta de autorização prévia para a reprogramação do compromisso plurianual relativo à alteração do plano de pagamentos ao contrato de financiamento reembolsável até ao valor de € 303 748,40, decorrente da notificação de reembolso extraordinário, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de quatro de setembro corrente, a qual foi enviada previamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

**"CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL ATÉ AO VALOR DE € 303 748,40**

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A REPROGRAMAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - ALTERAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTOS - DECORRENTE DA NOTIFICAÇÃO DE REEMBOLSO EXTRAORDINÁRIO**



Fl. 154

2017.09.11

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### PROPOSTA

Em 27.06.2016, este Município foi notificado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (Agência) de que tinham sido alteradas as condições do financiamento reembolsável QREN-EQ e de que, nos termos do disposto na Cláusula 17ª do contrato celebrado em 30.12.2011, o montante do empréstimo inicialmente de € 303.748,40 passaria a ser de € 104.559,02, daqui resultando um reembolso extraordinário de € 199.189,38.

Este contrato, destinado ao financiamento parcial da Operação com o código NORTE-04-0241-feder-000670, designada por "Regeneração e revitalização do núcleo urbano da cidade de Tarouca", foi inicialmente celebrado com o Estado, através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, entretanto extinto, tendo-lhe sucedido nas suas atribuições e competências a referida Agência.

Em face dos constrangimentos financeiros decorrentes do pagamento em uma única prestação deste reembolso extraordinário, foi solicitado à Agência o respetivo pagamento em 3 prestações semestrais, de igual valor, o que foi agora aceite, vencendo-se a primeira no mês de outubro próximo e as duas seguintes em abril e outubro de 2018.

Inicialmente o valor do encargo previsto para 2018 era de € 49 939,86.

De acordo com o disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02, a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Assim, **PROPONHO** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia**, prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02, para reprogramar o compromisso plurianual inerente ao contrato de financiamento reembolsável QREN-EQ, celebrado em 30.12.2011 com o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P, nos seguintes termos:

Ano 2018: **182.733 €**

Paços do Município, 29 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

#### Intervenções:

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou as razões da apresentação da proposta em causa.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a reprogramação do compromisso plurianual inerente ao contrato de financiamento reembolsável QREN-EQ, celebrado em

30.12.2011 com o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P, nos seguintes termos:

Ano 2018: 182.733 €

Nesta altura da reunião, o membro Ana Palmira Botelho Figueiredo retirou-se da reunião.

**PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, POR 3 ANOS**

Presente a proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes à abertura de concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 anos, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de quatro de setembro corrente, a qual foi enviada previamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

**"ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA E DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE TAROUCA, POR 3 ANOS**

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAIS**

#### **PROPOSTA**

No início do ano 2018 terminará o contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, sendo necessário proceder à abertura do concurso público, prévio à celebração do novo contrato para o próximo triénio, ainda em 2017.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Assim, **PROPONHO** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia**, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, para assunção do seguinte compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 anos, cujo preço base será de € 430 020:

Ano	Meses	Valor anual
-----	-------	-------------



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018	11 meses	131.395,00€
2019	12 meses	143.340,00€
2020	12 meses	143.340,00€
2021	1 mês	11.945,00€
	<b>Total</b>	<b>430.020,00€</b>

Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor.  
Paços do Município, 29 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

#### **Intervenções:**

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara** explicou que o concurso em causa é feito de três em três anos e, para que se possam cumprir os prazos legais, tem de se obter a autorização da Assembleia Municipal, para posteriormente ser aberto concurso.

Explicou ainda que o grande aumento em agosto dos resíduos sólidos urbanos afetou a respetiva recolha, que, por vezes, não foi tão eficiente como se pretendia. Agradeceu, por isso, todos os alertas que lhes foram sendo feitos para a necessidade de se proceder à recolha de lixo.

**O membro José Bruno Gouveia Cardoso** pediu esclarecimento sobre o valor que irá ser colocado a concurso.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara** disse que se prevê um aumento de 6% no valor base, em relação ao concurso anterior.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado autorizar a assunção do seguinte compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca, por 3 (três) anos, cujo preço base será de € 430.020 (quatrocentos e trinta mil e vinte euros):

Ano	Meses	Valor anual
2018	11 meses	131.395,00€
2019	12 meses	143.340,00€

2020	12 meses	143.340,00€
2021	1 mês	11.945,00€
	<b>Total</b>	<b>430.020,00€</b>

Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. Esta deliberação foi aprovada por maioria de quinze votos a favor e uma abstenção do membro José Bruno Gouveia Cardoso.

**PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE GÁS NATURAL PARA AS INSTALAÇÕES DE CONSUMO ABASTECIDAS EM BAIXA PRESSÃO, NO VALOR ANUAL DE 498 232 €**

Presente a proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município (incluindo as instalações Iluminação Pública), bem como o fornecimento de Gás Natural para as instalações de consumo abastecidas em Baixa Pressão, no valor anual de 498 232 €, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de vinte e quatro de agosto corrente, a qual foi enviada previamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

**"FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE GÁS NATURAL PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIMDOURO E AFINS  
CONCURSO PÚBLICO PARA 2018**

**PROPOSTA**

Considerando que:

1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação em mercado liberalizado, do Fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município (incluindo as instalações Iluminação Pública), bem como o fornecimento de Gás Natural para as instalações de consumo abastecidas em Baixa Pressão (BP) - encontrando-se as respetivas instalações identificadas em anexo à presente Informação - pelo prazo de 1 (um) ano;
2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, na 80ª reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, realizada em 28 de junho de 2017, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum, tendo ainda alguns



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

municípios manifestado o interesse na aquisição de Gás Natural;

3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar quer o procedimento de aquisição de energia elétrica, quer o de aquisição de gás natural;

4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso, com lotes diferenciados para Energia Elétrica e Gás Natural, com vista à celebração de contratos de aquisição de energia e gás, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da CIMDOURO - Comunidade Intermunicipal do Douro como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo);

5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 28 de junho de 2017 e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar;

6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos;

7. No que ao Município de Tarouca diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Tarouca que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pela componente da energia em mercado liberalizado pelo Município possa ser na ordem de:

a) **LOTE 1 - Aquisição de Energia Elétrica: 154 954 €;**

a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das

"Componentes de Acesso às Redes", fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), as "taxas de radiodifusão" e o "imposto especial sobre o consumo de eletricidade", acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor.

8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em **498 232 €** para a **energia elétrica**, cujos encargos terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais de 2018.

9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam, como referido no ponto anterior, no valor de **498 232 €**;

10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto do procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. Tenho a honra de propor que a **Câmara Municipal** delibere aprovar:

a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo por lotes e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de



2017.09.11

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

energia elétrica (em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal) e de gás natural, para as diversas instalações das entidades subscritoras;

b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.

d. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização, prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam no valor anual de **498 232 €**.

Tarouca, 22.08.2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**Intervenções:**

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que este concurso é aberto anualmente pela CIMDouro para os Municípios que a integram, a fim de se obter um valor mais reduzido.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para o fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município (incluindo as instalações Iluminação Pública), bem como o fornecimento de Gás Natural para as instalações de consumo abastecidas em Baixa Pressão, de acordo com o previsto no n.º 1 do

artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente ao dos encargos de 2018, e que se estimam no valor anual de 498 232 € (quatrocentos e noventa e oito mil e duzentos e trinta e dois euros).

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quinze votos a favor e uma abstenção do membro José Bruno Gouveia Cardoso.

**PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA BEIRA ALTA E DOURO SUL**

Presente o ofício número 11265, datado de vinte e três de junho corrente, remetido pela Câmara Municipal de Viseu, solicitando autorização para a dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, criada em 1987, por não ter qualquer atividade desde há vários anos, o qual foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de vinte e nove de junho corrente e enviado previamente a todos os membros para apreciação.

**Intervenções:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que esta Associação nunca funcionou e por isso o Município de Viseu, que está a liderar o processo, solicitou a aprovação da dissolução da Associação em causa.

Interveio o membro António Carmo Santos que pediu um esclarecimento, o qual foi respondido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, do qual este Município faz parte, nos termos e com os fundamentos constantes da notificação suprarreferida remetida pela Câmara Municipal de Viseu.

**PONTO 7 - APRECIÇÃO DO ALERTA PRECOCE DA DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 56º DA LEI Nº 73/2013, DE 3.09, RELATIVO À TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA PREVISTA NO ORÇAMENTO SER INFERIOR A 85% EM DOIS ANOS CONSECUTIVOS- 2015 E 2016**

Presente o ofício número mil e oito, datado de seis de julho findo, remetido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, informando, nos termos do artigo 56º da Lei nº



2017.09.11

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

73/2013, de 3 de setembro, que de acordo com os dados disponíveis na aplicação informática SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, este Município apresenta nos anos de 2015 e 2016 uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%, a saber de, 66,56% e 73,41%, respetivamente.

#### **Intervenções:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que se trata de uma questão prevista na legislação em vigor.

Interveio o membro José Bruno Gouveia Cardoso tendo pedido esclarecimento acerca da não adaptação do orçamento à sobrevalorização.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que se deveu ao facto de a Câmara Municipal não ter recebido os fundos comunitários.

Não tendo havido outras intervenções, foi tomado conhecimento do presente ofício.

#### **PONTO 8. Apreciação da Informação Respeitante à Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais ou a sua Reprogramação - Referente ao Período de 13.06.2017 a 30.08.2017**

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de quatro de setembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 10.12.2016, respeitante ao período de 13.06.2017 a 30.08.2017, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

#### **"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 13.06.2017 a 30.08.2017**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, junto se anexa a respetiva lista, até 30.08.2017, cujos valores são os seguintes:

Período de 2017.06.13 a 2017.08.30		
Ano	Valor do	Valor



	Período	Acumulado desde 2017.01.02
2018	132 167,21 €	754 445,93 €
2019	55 327,85 €	299 116,77 €
2020	12 394,86 €	258 872, 32 €
2021	€	255 070,45 €
	<b>199 889,92 €</b>	<b>1 567 505,47 €</b>

Paços do Município, 30.08.2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**Intervenções:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou a presente informação.

Foi tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 13.06.2017 a 30.08.2017.

**PONTO 9 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES**

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número quarenta e três, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

**Intervenções:**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o seu reconhecimento a todos os Senhores Presidentes de Junta e aos funcionários do Município.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que foi hoje aprovada a candidatura aos Municípios ECOXXI do Município de Tarouca.

O membro António Luís Carrapa Sarmiento agradeceu a oportunidade de estar aqui presente.



2017.09.11

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o trabalho que desenvolveu e a dinâmica que imprimiu na Comissão Permanente e na Assembleia Municipal.

Não tendo havido outras intervenções, foi tomado conhecimento da presente informação.

Não houve inscrições para intervir no segundo momento do período de intervenção do público.

**Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal,** tendo apresentado por escrito a seguinte intervenção:

"Conforme foi dito pelo Deputado Luís Sarmento, e porque alguns elementos não serão parte da próxima Assembleia Municipal, quero demonstrar o meu contentamento pela forma como decorreu este mandato.

A política é a política, mas o importante é que mantenhamos a amizade e o gosto por Tarouca.

Quero deixar uma palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma elevada como dirigiu este órgão. Foi um gosto trabalhar consigo.

A todos vós muito obrigado."

Nesta altura da reunião, regressou o membro Dina Maria de Almeida Tomé.

**Interveio ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** tendo manifestado o seu apreço à postura de todos os membros da Assembleia Municipal neste mandato. Manifestou ainda o seu apreço a todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, por entender que são a melhor geração de Presidentes de Junta de sempre.

Agradeceu a forma aberta e simples com que o Executivo esteve sempre com ele, designadamente do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Agradeceu ainda aos restantes membros da Mesa, porque fizeram um importante trabalho.

Deixou uma palavra ao membro António do Carmo Santos, por ser o membro mais antigo deste órgão.

Concluiu agradecendo aos membros do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, pela colaboração prestada.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas vinte horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e uma abstenção do membro José Bruno Gouveia Cardoso, e vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guano Borges*,  
Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e  
Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para  
secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.  
O Presidente da Assembleia Municipal,

